

## O CASO CASSIRER: UMA BATALHA JURÍDICA SOBRE OBRAS DE ARTE SAQUEADAS

**Wendell Leal Hossu Monteiro de Melo**

*Estagiário de Justen, Pereira, Oliveira e Talamini (São Paulo)<sup>1</sup>*

### 1. Introdução

Em janeiro de 2024, o Tribunal de Apelações dos EUA para o 9º Circuito julgou o caso *Cassirer v. Thyssen-Bornemisza Collection Foundation*.<sup>2</sup> O julgado resulta de uma batalha jurídica de duas décadas sobre a propriedade legítima da pintura *Rue Saint-Honoré, après-midi, effet de pluie*, do impressionista francês Camille Pissarro. O caso destaca as complexidades da restituição internacional de arte, os princípios de conflito de leis e as preocupações morais em torno das obras de arte saqueadas.

### 2. Os personagens

No *Cassirer v. Thyssen-Bornemisza Collection Foundation*, os demandantes são os herdeiros de Lilly Cassirer, ou seja, David Cassirer, o espólio de Ava Cassirer e a Federação Judaica Unida do Condado de San Diego (EUA). O réu é a Thyssen-Bornemisza Collection Foundation (TBC), uma entidade do Reino da Espanha. A TBC é a instituição que administra a pintura adquirida pelo governo espanhol em 1993.

O caso foi ouvido no Tribunal de Apelações dos Estados Unidos para o 9º Circuito, após litígio no Distrito Central da Califórnia e a anulação de um julgamento anterior pela Suprema Corte dos Estados Unidos.

### 3. Contexto

A pintura no centro da disputa era originalmente propriedade de Paul Cassirer, um negociante de arte judeu-alemão, e foi mais tarde herdada por Lilly Cassirer. Em 1939, sob coação do regime nazista, Lilly foi constrangida a vender a pintura por 900 Reichsmark (US\$ 360), uma fração de seu valor, para garantir um visto de saída para a Inglaterra. Como Lilly nunca foi paga, a transação foi posteriormente reconhecida como uma venda forçada equivalente a um roubo.<sup>3</sup>

Após a guerra, a pintura mudou de mãos várias vezes, passando por um leilão na Alemanha, colecionadores particulares nos Estados Unidos e, eventualmente, passou a integrar a coleção do Barão Hans Heinrich Thyssen-Bornemisza na Suíça. Em 1993, o governo espanhol adquiriu a coleção do Barão, incluindo o disputado

<sup>1</sup> Artigo produzido sob a orientação de Cesar Pereira, sócio da Justen, Pereira, Oliveira e Talamini.

<sup>2</sup> *David Cassirer, et al., Peticionários v. Fundação da Coleção Thyssen-Bornemisza*, No. 24-652 - Disponível em: <https://www.supremecourt.gov/docket/docketfiles/html/public/24-652.html> – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.reuters.com/legal/madrid-museum-may-keep-pissarro-painting-looted-by-nazis-us-appeals-court-rules-2024-01-09/> – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

Pissarro, por US\$ 350 milhões. A pintura está em exibição pública no Museo Nacional Thyssen-Bornemisza, em Madri, desde então.

#### 4. Histórico dos litígios

Em 2001, Claude Cassirer, neto de Lilly, descobriu o paradeiro da pintura e pediu ao governo espanhol sua devolução. Depois que a Espanha recusou o pedido, ele entrou com uma ação nos Estados Unidos sob a Lei de Imunidades Soberanas Estrangeiras (FSIA) em 2005, buscando sua restituição.

O caso envolveu várias rodadas de litígios, com decisões relevantes em vários níveis judiciários:

- O Tribunal Distrital dos EUA aplicou as regras federais de direito internacional privado e decidiu a favor da TBC, concluindo que a lei espanhola regia a disputa.
- O 9º Circuito inicialmente confirmou essa decisão, mas a Suprema Corte posteriormente anulou a decisão, sustentando que as regras de direito internacional privado da Califórnia deveriam ser aplicadas em vez da lei federal.
- Em novo julgamento, o 9º Circuito reafirmou que a lei espanhola se aplicava, sustentando que o interesse da Espanha em manter a segurança jurídica sobre a propriedade superava os interesses políticos da Califórnia em devolver obras de arte saqueadas às vítimas do Holocausto.

#### 5. O resultado

O 9º Circuito acabou decidindo a favor da Fundação de Coleção Thyssen-Bornemisza. O tribunal conduziu uma análise de "prejuízo comparativo" segundo as regras de direito internacional privado da Califórnia, concluindo que o interesse do governo da Espanha em garantir direitos de propriedade estáveis dentro de sua jurisdição superava o interesse da Califórnia em facilitar a restituição de arte roubada aos residentes naquele Estado.

Nos termos da lei espanhola, o artigo 1955 do Código Civil prevê que a propriedade dos bens pode ser adquirida através da posse ininterrupta de boa-fé durante três anos ou de má-fé durante seis anos. O tribunal determinou que a TBC havia exercido a posse sobre a pintura de forma pública e contínua por mais de seis anos, obtendo assim o título sobre a obra de arte pela prescrição aquisitiva.

No entanto, a decisão não considerou o artigo 1956 do Código Civil espanhol,<sup>4</sup> que estabelece:

"Las cosas muebles hurtadas o robadas no podrán ser prescritas por los que las hurtaron o robaron, ni por los cómplices o encubridores, a no haber prescrito el delito o falta, o su pena, y la acción para exigir la responsabilidad civil, nacida del delito o falta".<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Disponível em: [Urtasun, sobre el 'Pissarro' expoliado del Thyssen: "Lo habría gestionado de otra manera"](#) – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

<sup>5</sup> Código Civil Espanhol – Disponível em: [https://www.mjusticia.gob.es/es/AreaTematica/DocumentacionPublicaciones/InstListDownload/Codigo\\_Civil.PDF](https://www.mjusticia.gob.es/es/AreaTematica/DocumentacionPublicaciones/InstListDownload/Codigo_Civil.PDF) – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

Embora o tribunal reconhecesse as preocupações morais em torno da arte saqueada pelos nazistas, considerou que o ordenamento jurídico da Espanha para a aquisição de propriedades disciplinava a controvérsia. A juíza Callahan, em sua declaração de voto, lamentou o resultado, observando que a Espanha poderia ter devolvido voluntariamente a pintura, apesar de ter razão juridicamente.<sup>6</sup>

## 6. Posição espanhola sobre a decisão

O governo espanhol expressou uma posição dividida sobre a decisão. O ministro da Cultura, Ernest Urtasun, reconheceu que teria gerido o caso de forma diferente, mas afirmou respeitar a decisão judicial. Ele afirmou que as autoridades anteriores trataram do assunto como entenderam melhor e, embora soluções alternativas estivessem disponíveis, o caminho escolhido levou a uma solução jurídica para a questão.<sup>7</sup>

O Ministério Público espanhol defendeu a Fundação Thyssen-Bornemisza, enfatizando que a lei espanhola protegia a propriedade do museu. O próprio museu, satisfeito com o resultado, argumentou que o processo de aquisição havia sido legal e que a pintura fazia parte legalmente do patrimônio nacional da Espanha.<sup>8</sup> No entanto, alguns críticos, incluindo representantes de organizações culturais judaicas, argumentaram que a Espanha deveria ter considerado a restituição voluntária de acordo com os compromissos internacionais sobre a arte saqueada pelos nazistas.<sup>9</sup>

## 7. Conclusão

O caso *Cassirer v. Thyssen-Bornemisza Collection Foundation* destaca as dificuldades de se decidir sobre pleitos de restituição de arte envolvendo várias jurisdições, princípios jurídicos conflitantes e fatos históricos.

Apesar da vitória jurídica da entidade espanhola, o caso reacendeu as discussões sobre a responsabilidade ética de governos e museus em lidar com reivindicações de arte saqueada da era nazista. A decisão, independentemente de ser sólida ou não em termos jurídicos, permanece controversa no contexto mais amplo da justiça para as vítimas do Holocausto e suas famílias. A posição espanhola reflete a tensão entre segurança jurídica e responsabilidade moral, ilustrando o debate ainda em curso sobre a restituição do patrimônio cultural originalmente adquirido em circunstâncias questionáveis.

Na cadeia de propriedade de uma obra de arte de alto perfil como o *Pissarro* em questão, até que ponto os compradores subsequentes devem investigar sua origem potencialmente ilegítima? Até onde vai o *caveat emptor* em um ambiente de obras de arte saqueadas, como o relacionado à Segunda Guerra Mundial e o inaugurado

---

<sup>6</sup> *David Cassirer, et al., Peticionários contra Fundação da Coleção Thyssen-Bornemisza*, Corte de Apelações dos Estados Unidos para o 9º Circuito, Nº 19-55616 (D. C. Nº 2:055-cv-03459-JFW-E), Parecer do Juiz BEA, Carlos T.; Concordância da Juíza CALLAHAN, Consuelo M. - Disponível em: <https://cdn.ca9.uscourts.gov/datastore/opinions/2024/01/09/19-55616.pdf> – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

<sup>7</sup> Disponível em: [Urtasun, sobre el 'Pissarro' expoliado del Thyssen: "Lo habría gestionado de otra manera"](#) – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

<sup>8</sup> Disponível em: [El Museo Thyssen lleva gastados 3 millones de euros en el litigio judicial por el cuadro de Pissarro](#) – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

<sup>9</sup> Disponível em: [Urtasun, sobre el 'Pissarro' expoliado del Thyssen: "Lo habría gestionado de otra manera"](#) – Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

com o fim do domínio colonial sobre regiões culturalmente espoliadas durante o período de ocupação? Devem prevalecer a segurança jurídica atual e a opção por se deixar o passado para a História? Ou instrumentos jurídicos como o art. 1956 do Código Civil espanhol devem ensejar a *private enforcement* das diretrizes morais (senão jurídicas) que inspiram a restituição de obras culturais saqueadas? São questões ainda em aberto e cada vez mais relevantes.

**Informação bibliográfica do texto:**

MELO, Wendell Leal Hossu Monteiro de. O caso cassirer: uma batalha jurídica sobre obras de arte saqueadas. *Informativo Justen, Pereira, Oliveira e Talamini*, Curitiba, nº 216, fevereiro de 2025, disponível em <https://justen.com.br/>, acesso em [data].